



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/GO

ESTUDO PRELIMINAR Nº 142748793/2025-CPL/SELOG/SR/PF/GO

Processo nº 08295.009521/2025-32

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

- 1.1. A equipe de planejamento da contratação elaborou o presente Estudo visando assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, em todas as etapas e em consonância com a Instrução Normativa nº 58, de 08/08/2022 (Elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares).
- 1.2. Este estudo pautou-se no atendimento das necessidades de recepcionar as competências do Exército Brasileiro, relacionadas aos CACs (Colecionador, Atirador e Caçador), pela Superintendência Regional da Polícia Federal em Goiás - SR/PF/GO, por meio da contratação de empresa especializada na Prestação de serviços de digitação com dedicação exclusiva de mão de obra, CBO 4121-10.
- 1.3. É fundamental destacar que a contratação objeto deste estudo visa contribuir para a continuidade das atividades da Administração, em conformidade com o princípio da continuidade dos serviços públicos, auxiliando o Órgão em comento no desempenho das atividades prestadas. Necessário, ainda, esclarecer que a contratação proposta não visa substituir ou prejudicar a competência de qualquer carreira da Polícia Federal. Ao contrário, ela proporcionará suporte aos servidores, permitindo que estes envidem esforços em serviços diretamente relacionados às atividades finalísticas da Polícia Federal, assegurando maior eficiência e foco nas atribuições institucionais.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 2.1. A contratação está amparada no Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018 e se justifica-se em decorrência das seguintes situações:
- 2.1.1. No dia 21 de julho de 2023, foi publicado o Decreto nº 11.615 que previu a migração de competências relacionadas aos CACs (Colecionador, Atirador e Caçador), do Exército Brasileiro para a Polícia Federal (PF), e a elaboração de atos conjuntos do Comando do Exército e da Polícia Federal.
- Art. 6º. No prazo de sessenta dias, contado da data de publicação deste Decreto, o Ministério da Justiça e da Segurança Pública e o Ministério da Defesa celebrarão acordo de cooperação para estabelecer os termos da migração da competência para a Polícia Federal.
- § 1º O acordo de cooperação estabelecerá a forma como ocorrerá a migração de competência das atribuições relativas à autorização e ao registro das atividades de caça excepcional, tiro desportivo e colecionamento, do porte de trânsito, do controle e da fiscalização de armas, munições e acessórios de colecionadores, atiradores desportivos e caçadores excepcionais, previstas no art.24 da Lei nº 10.826, de 2003.
- § 2º Poderão ser estabelecidos outros acordos de cooperação entre os órgãos envolvidos para viabilizar as atribuições previstas neste Decreto.
- 2.1.2. Em 18 de setembro de 2023 foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica nº 9/2023/GM entre o Ministério da Defesa e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, estabelecendo que a Polícia Federal assumirá, a partir do dia 1º/1/2025, os novos processos relativos à transferência.
- 2.1.3. Assim, Superintendência Regional da Polícia Federal em Goiás - SR/PF/GO precisa de mão de obra efetiva e terceirizada necessários para atendimento dos novos serviços que vão aportar na Polícia Federal.
- 2.1.4. A escolha do posto de digitador se deu após comparações com outros postos possíveis para desempenhar os serviços, como recepcionista e auxiliar administrativo. Na comparação o posto de digitador se mostrou a melhor opção pelo custo benefício (valor do posto) versus a simplicidade dos serviços a serem executados, sendo preponderante as atividades de inclusão, por meio da digitação, das demandas apresentadas pelos CACs, conforme levantamento realizado no bojo do processo SEI nº 08059.001121/2024-91.
- 2.1.5. Ressalte-se que as atividades a serem desenvolvidas pelos postos de trabalho contemplados nos serviços objeto deste Estudo Preliminar não correspondem a nenhum cargo da PF. Destaca-se que o Decreto nº 7.164, de 29 de abril de 2010, SEI nº 142739966, colocou em extinção diversos cargos de nível médio e auxiliar da estrutura da PF, dentre eles o cargo de DIGITADOR.
- 2.1.6. Os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, não havendo no Órgão o cargo de Digitador, que será empregado nas novas atribuições destinadas à Polícia Federal pelo Decreto 11.615/2023, em funções de menor risco como recepção e inclusão das demandas dos usuários externos no sistema, sob a supervisão de servidor efetivo.
- 2.1.7. Destaca-se, que pela natureza do serviço de apoio, não é viável sua contratação por outra unidade de medida que não o posto de trabalho, visto que não há como definir quantitativamente o resultado da contratação pelo tipo de serviço a ser executado pelos Digitadores. Nesse sentido justifica-se a necessidade da contratação por postos de trabalho, em conformidade com a Instrução Normativa (IN) 05/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEGES/MP).
- 2.1.8. Por se tratar de prestação de serviços com alocação de postos de trabalho, apesar das especificidades dos referidos postos, entendemos que podem ser enquadrados como serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- 2.2. Considerando o acima exposto a contratação se reveste de suma importância.

3. ÁREA REQUISITANTE

- 3.1. Área Requisitante Responsável
Setor de Administração e Logística Policial - SELOG/SR/PF/GO

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, existem requisitos mínimos para sua satisfação conforme disposto a seguir:
- 4.1.1. **Requisitos para Serviço Continuado**
- 4.1.1.1. Os empregados da contratada deverão ficar à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;
- 4.1.1.2. A disposição da mão de obra deverá ser de 30 horas semanais, no período diurno de segunda a sexta-feira, entre 07:00 e 19:00 horas, devendo ser observado o intervalo intrajornada de no mínimo 15 (quinze) minutos para repouso e/ou alimentação.
- 4.1.1.3. Haverá a redução da carga horária para 30 horas semanais, devendo ser observado o disposto no §1º do art. 58-A da Consolidação

das Leis Trabalhistas (CLT/1943), que estabelece a proporcionalidade do salário em relação à jornada de trabalho.

4.1.1.4.1. Ressalta-se que o salário proporcional não poderá, em hipótese alguma, ser inferior ao salário mínimo nacional vigente.

4.1.1.4. De acordo com o artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o empregado que exerce trabalho contínuo cuja duração exceda seis horas diárias tem direito a um intervalo para repouso ou alimentação de, no mínimo, uma hora e, quando a jornada não ultrapassar seis horas, o intervalo mínimo é de quinze minutos, desde que a duração do trabalho seja superior a quatro horas.

4.1.1.5. No caso do posto de **digitador**, cuja jornada semanal é de **30 horas**, normalmente distribuída em **seis horas diárias**, aplica-se a regra do **descanso intrajornada de 15 minutos**, prevista no §1º do artigo 71 da CLT. Esse intervalo é suficiente para atender à finalidade legal de proporcionar repouso e alimentação, preservando a saúde e a eficiência do trabalhador durante a execução das atividades.

4.1.1.6. A contratação do profissional para exercer a função de digitador com carga horária de 30 horas semanais justifica-se em razão das peculiaridades das atividades desempenhadas, que demandam elevado nível de concentração e atenção contínua, bem como pela necessidade de assegurar a qualidade e a precisão dos serviços prestados. Considera-se, ainda, a natureza do atendimento ao público, que exige postura atenciosa e dinâmica, além de períodos de recuperação física e mental para manutenção da produtividade e da qualidade no desempenho das tarefas. Soma-se a isso a limitação do espaço físico disponibilizado para a execução das atividades, o que inviabiliza a alocação de profissionais em regime integral de 44 horas semanais, conforme previsto na Convenção Coletiva de Trabalho. Dessa forma, a jornada reduzida mostra-se mais adequada às condições operacionais, contribuindo para a eficiência dos serviços e para a preservação da saúde ocupacional do trabalhador.

4.1.2. **Requisitos Temporais – vigência do contrato:**

4.1.2.1. Para estímulo da competitividade e economia de escala, a vigência do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis, limitada a 120 (cento e vinte) meses, nos termos do artigo 106 da Lei 14.133/2021. Essa vigência do contrato mais dilatada permitirá que as empresas participantes do certame possam ofertar melhores propostas contando com tempo necessário para obter retorno sobre o investimento alocado no contrato, bem como a expectativa de renovação contratual por até 10 (dez) anos. Além disso, um contrato com vigência mais alongada, reduz os custos internos com renovações e aditivos.

4.1.3. **Requisitos de qualificação técnica:**

4.1.3.1. Atestado(s) ou Certidão(es) de comprovação de aptidão técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que evidencie que a licitante executou ou executa serviços pertinentes (serviços de fornecimento de mão de obra) e compatíveis com o objeto da licitação devendo o quantitativo apresentado no(s) atestado(s) ser de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados, com um período **mínimo de 18 (dezoito) meses**. A exigência de atestados de capacidade técnica e econômica se justifica como comprovante de que a contratada é capaz de recrutar e manter pessoal capacitado e honrar compromissos trabalhistas, previdenciários e fiscais, e como barreira para empresas recém-abertas e sem expertise no mercado e sem qualificações utilize um contrato da SR/PF/GO para experimentação, colocando em risco os serviços fins do Órgão.

4.1.3.2. A escolaridade mínima exigida é de nível médio, com certificado emitido por instituição legalmente reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC

4.1.3.3. Para preenchimento dos postos de trabalho a CONTRATANTE fará a investigação social de todos os futuros contratados, conforme determina a **IN 175-DG/PF/2020**.

4.1.3.4. O padrão mínimo de qualidade da prestação dos serviços serão avaliados conforme o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), anexo do Termo de Referência.

4.1.4. **Requisitos de qualificação econômico:**

4.1.4.1. Certidão negativa de efeitos de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

4.1.4.2. Com Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação;

4.1.4.3. Índices de Liquidez (LG, LC, SG) superiores a 1 e Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

4.1.4.4. Patrimônio Líquido (PL) não inferior a 1/12 da declaração de contratos.

4.1.5. **Requisitos de Subcontratação**

4.1.5.1. Não será admitida a subcontratação do serviço.

4.1.6. **Requisitos de Garantia Contratual**

4.1.6.1. Prestação de garantia no valor de 5% (cinco) por cento do valor do contrato.

4.1.7. **Requisitos de Participação**

4.1.7.1. Trata-se de uma contratação de natureza comum, não ser tratando de bem ou serviço de alta complexidade ou de grande vulto, desse modo, não será permitida a participação de **consórcios e/ou cooperativas**.

4.1.8. **Requisitos de Transição Contratual**

4.1.8.1. Não se aplica a necessidade de a Contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, tendo em vista o serviço pleiteado se tratar de atividades rotineiras e conhecidas pelas empresas do ramo, não sendo necessária transferência de conhecimentos entre elas.

4.1.9. **Requisitos de Julgamento**

4.1.9.1. O julgamento adotado será o de menor preço por grupo.

4.1.9.2. A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços terceirizados de mão de obra para atender as necessidades das unidades da Polícia Federal localizadas em Goiânia (SR/PF/GO), Anápolis (DPF/ANS/GO) e Jataí (DPF/JTI/GO).

4.1.9.2.1. Optou-se pela formação de um grupo único composto pelos três itens correspondentes a cada unidade, considerando que, embora os serviços sejam executados em municípios distintos, o objeto apresenta natureza idêntica, condições de execução uniformes e igual perfil de profissional requerido, o que torna a contratação conjunta mais eficiente e vantajosa para a Administração.

4.1.9.2.2. Além disso, a formação de grupo único visa viabilizar a correta composição da planilha de custos e formação de preços, uma vez que há variação nas alíquotas de ISS entre os municípios. Ao consolidar os três itens em um mesmo grupo, permite-se que a empresa licitante considere, de forma global, as particularidades tributárias de cada localidade, ajustando o valor final proposto de modo equilibrado, sem comprometer a exequibilidade dos custos.

4.1.9.2.3. Tal medida não restringe a competitividade, pois o agrupamento decorre de um critério técnico e econômico, fundamentado na uniformidade do objeto e na necessidade de permitir a adequada precificação, garantindo tratamento isonômico entre as licitantes.

4.1.9.2.4. Ademais, o agrupamento dos três itens em um único grupo facilita a gestão contratual, reduzindo o número de contratos e instrumentos administrativos a serem fiscalizados, o que contribui para a otimização dos recursos humanos e administrativos da Superintendência Regional.

4.1.9.2.5. A providência está em conformidade com o disposto no art. 12, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que permite a divisão ou agrupamento de itens quando demonstrada a vantagem técnica ou econômica para a Administração, e observa os princípios da eficiência, economicidade, racionalização administrativa e isonomia.

4.1.9.2.6. Dessa forma, a formação de grupo único com três itens, correspondentes às unidades de Goiânia, Anápolis e Jataí, mostra-se tecnicamente justificável e juridicamente adequada, garantindo a execução dos serviços de forma integrada, econômica e eficiente.

4.1.9.3. Deverá ser adotado o modo de disputa "aberto e fechado" pelos seguintes motivos:

4.1.9.3.1. A escolha pelo modo de disputa aberto e fechado fundamenta-se no artigo 56, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que prevê a possibilidade de utilização de mais de um modo de disputa, quando tecnicamente justificável, com o objetivo de assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

4.1.9.3.2. No presente caso, o objeto da licitação refere-se à contratação de serviço de digitadores, com dedicação exclusiva de mão de obra, cujo valor é composto essencialmente por custos fixos e legalmente determinados, como salários, encargos trabalhistas e previdenciários. Diante dessa característica, a adoção do modo de disputa aberto e fechado revela-se a mais adequada, pois concilia competitividade e segurança na formulação das propostas.

4.1.9.3.3. Na fase aberta, os licitantes apresentam lances sucessivos, estimulando a concorrência e possibilitando a obtenção de proposta mais vantajosa dentro dos parâmetros de exequibilidade. Na fase fechada, os licitantes mais bem classificados encaminham suas ofertas finais de forma sigilosa, o que evita reduções artificiais que possam comprometer o cumprimento das obrigações trabalhistas e a sustentabilidade econômico-financeira do contrato.

4.1.9.3.4. Dessa forma, a utilização do modo de disputa aberto e fechado contribui para a obtenção de proposta vantajosa, assegurando a observância dos princípios da economicidade, eficiência, isonomia e julgamento objetivo, previstos na Lei nº 14.133/2021.

4.1.10. **Requisitos de Sustentabilidade**

4.1.10.1. A empresa contratada deve adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:

a) adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada. Recomenda-se observar se há legislação estadual ou municipal neste tema.

b) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

c) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

4.1.10.2. Os funcionários devem ser orientados, para fins de coleta seletiva ou logística reversa, a acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis (art. 35 da Lei nº 12.305, de 2010, c/c art. 9º do Decreto nº 10.936, de 2022).

4.1.10.3. Caberá a Contratada:

a) Implementar os programas de sustentabilidade elaborados pelo Contratante.

b) Dar preferência para materiais de origem local.

c) Preferencialmente utilizar mão de obra local.

d) Orientar e treinar o trabalhador sobre segurança no trabalho e quanto ao adequado uso, guarda e conservação dos equipamentos de proteção.

4.1.10.4. A Contratada deverá promover treinamentos e palestras no intuito de conscientizar seus colaboradores, conforme obrigação legal e riscos identificados

4.1.11. **Requisitos de Padronização**

4.1.11.1. A presente demanda: mão de obra terceirizada, ainda não possui elementos de padronização catalogados.

4.1.12. **Requisitos Gerais**

4.1.12.1. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

4.1.12.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.1.12.3. Os requisitos em tela não excluem outros previstos em legislação específica, atos normativos, cadernos técnicos ou equivalentes, que constarão no edital e no termo de referência ou poderão ser exigidos a qualquer tempo.

4.1.12.4. Por todo o exposto e exigências, os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

5. **LEVANTAMENTO DE MERCADO**

5.1. Alternativas usualmente aplicadas nos contratos administrativos para os serviços de fornecimento de mão de obras são:

5.1.1. O contrato por eventos.

5.1.2. O contrato por postos.

5.1.3. Contrato por hora.

5.2. Considerando a necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa prestadora de

serviço terceirizado continuado dado que as atividades que se visa a contratar são de caráter acessório e, por isso, preferencialmente objeto de execução indireta.

5.3. O perfil da demanda do Sistema Nacional de Armas (SINARM) e demais coordenações/divisões/setores/áreas/atividades relacionadas ao controle de arma de fogo da Polícia Federal, exige que o serviço seja prestado com fornecimento de mão-de-obra com dedicação exclusiva, conforme suas Convenções Coletivas de Trabalho, com a carga distribuídas de segunda a sexta-feira, entre 07h00 e 19h00 horas.

5.4. Não seria razoável que o serviço fosse pela sistemática de acionamentos por evento ou por hora, uma vez que há contínua necessidade de desses serviços nessas localidades determinadas.

5.5. Pelo exposto, justifica-se como solução mais eficiente e eficaz para a demanda da Administração, a contratação de empresa especializada no fornecimento de mão de obra terceirização com dedicação exclusiva para atender aos Setores do Sistema Nacional de Armas (SINARMS) da Polícia Federal.

5.6. Definida essa linha de atuação, é necessário proceder ao levantamento de preços dos insumos a fim de construir o valor de referência do serviço. Em observância ao disposto na IN SEGES/ME n.º 65/2021 e suas alterações, foram utilizados os seguintes meios de precificação dos serviços:

5.6.1. Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026: Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Urbana e Terceirização de Mão de Obra do Estado de Goiás - SEAC-GO e o Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio, Conservação, Limpeza Pública e Ambiental, Coleta de Lixo e Similares do Estado de Goiás - SEACONS - Registro MTE GO 000026/2025;

5.6.2. Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços

5.7. Ressalta-se, que as licitantes poderão utilizar como CCT aquela que abrange a atividade preponderante da empresa.

5.8. Com base nas demandas da Superintendência Regional da Polícia Federal em Goiás - SR/PF/GO, suas Delegacias em Anápolis e em Jataí e nas condições de mercado, foram analisadas três alternativas possíveis para atender à necessidade de contratação. Abaixo, são apresentadas as vantagens e desvantagens de cada solução:

Solução 1. Manutenção do Contrato Vigente

Vantagens:

- Dispensa a realização de novo processo licitatório, agilizando a solução.
- Garante continuidade imediata dos serviços sem necessidade de transição contratual.

Desvantagens:

- Incapacidade financeira da contratada, a empresa não vem conseguindo arcar com os custos decorrentes da execução contratual;
- Risco de interrupção dos serviços, a dificuldade financeira pode gerar atrasos ou paralisações na prestação dos serviços;
- Descumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, há a possibilidade de inadimplemento salarial e de encargos sociais, o que pode ocasionar passivos à SR/PF/GO;
- Prejuízos à eficiência e continuidade do serviço público, a instabilidade na execução compromete a regularidade e a qualidade dos serviços prestados
- A manutenção de contrato com empresa sem capacidade econômico-financeira expõe a Administração a demandas judiciais e danos ao erário.

Solução 2. Contratação por Adesão à IRP

Vantagens:

- Dispensa a necessidade de abertura de um processo licitatório completo, reduzindo prazos.
- Possibilidade de obtenção de preços mais vantajosos, já que a IRP pode envolver maior volume de contratações.
- Redução de custos administrativos para a SR/PF/GO, uma vez que o Órgão Gerenciador conduz o processo licitatório.

Desvantagens:

- Dependência do cronograma do Órgão Gerenciador o que pode inviabilizar o atendimento tempestivo às demandas.
- Reduzida flexibilidade para personalizar os requisitos contratuais de acordo com as especificidades da SR/PF/GO.
- A adesão está condicionada à anuência do órgão gerenciador e à quantidade máxima registrada na ata.
- As especificações ou quantitativos previstos na ata podem não refletir integralmente a demanda do órgão.

Solução 3. Realização de Nova Licitação pela SR/PF/GO na modalidade Pregão Eletrônico convencional

Vantagens:

- Permite a adequação às necessidades específicas, o edital pode ser elaborado de forma a contemplar quantitativos, perfil profissional e condições contratuais alinhadas à realidade da unidade.
- A SR/PF/GO terá controle direto sobre todas as etapas, desde a fase preparatória até a fiscalização da execução contratual, o que possibilita uma maior autonomia na gestão do processo.
- A concorrência aberta exclusivamente para atender à demanda local pode resultar em propostas mais competitivas, com possibilidade de preços mais vantajosos.
- Flexibilidade para definir critérios de julgamento e exigências permitindo a construção de um contrato mais aderente às peculiaridades operacionais da unidade.
- O processo será conduzido diretamente pela unidade interessada, com maior controle sobre a documentação e as justificativas, o que facilita a defesa perante órgãos de controle, colaborando com a redução de riscos jurídicos.
- Maior precisão na definição de obrigações, prazos, penalidades e formas de fiscalização.

Desvantagens:

- A instrução do processo licitatório demanda etapas formais (estudos técnicos, pesquisa de preços, elaboração de termo de referência, análise jurídica, publicação, julgamento etc.), o que demanda maior tempo para conclusão da contratação.
- Exige dedicação de servidores da unidade para elaboração de documentos, acompanhamento do certame e gestão processual, o que pode elevar o custo administrativo.

- Maior exposição a questionamentos que podem prolongar ou paralisar o procedimento, como impugnações, esclarecimentos ou recursos.
- A disputa será restrita à demanda da SR/PF/GO e suas delegacias no Estado de Goiás, o que pode resultar em preços menos vantajosos em comparação a processos centralizados ou adesão a IRP.
- Deslocamento de esforços de servidores para atividades-meio

5.9. A escolha da melhor solução para atender às necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal em Goiás – SR/PF/GO, no que se refere à contratação de serviços de **digitadores**, resultou de análise técnica e econômica das alternativas disponíveis. Foram avaliadas as opções de manutenção do contrato vigente, adesão à IRP e a realização de nova licitação pela própria SR/PF/GO.

5.10. Após a análise, concluiu-se que a realização de **Pregão Eletrônico pela SR/PF/GO**, em certame específico para esse objeto, é a solução mais adequada ao cenário atual, por assegurar a contratação diretamente alinhada às necessidades da unidade, com legalidade, economicidade e eficiência.

5.11. Análise Técnica

5.11.1. **Adequação às Demandas Identificadas:** A licitação própria permitirá definir quantitativos, prazos e condições contratuais ajustados à realidade da SR/PF/GO, garantindo maior precisão no atendimento da demanda. Alternativas como manutenção do contrato atual ou adesão à IRP não oferecem a flexibilidade necessária para atender essas particularidades.

5.11.2. **Autonomia e Controle:** A condução do processo pela SR/PF/GO confere autonomia na definição de requisitos técnicos, prazos de execução e condições contratuais, o que facilita a seleção de fornecedores que melhor atendam às especificidades da unidade.

5.11.3. **Mitigação de Riscos Operacionais e Jurídicos:** A licitação própria evita dependência de cronogramas externos (como ocorre na adesão à IRP) e afasta a necessidade de contratação emergencial, que deve ser excepcional e apresenta riscos de questionamentos legais..

5.12. Análise Econômica

5.12.1. **Maior Competitividade:** O pregão eletrônico, por assegurar ampla participação de fornecedores, aumenta a competitividade, favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas em custo e qualidade.

5.12.2. **Racionalidade Econômica:** Diferentemente do registro de preços, que serve para atender múltiplos órgãos e contratações futuras, a licitação própria permite direcionar o contrato exclusivamente para as necessidades da SR/PF/GO, assegurando maior precisão orçamentária.

5.12.3. **Custo-Benefício Sustentável:** Ainda que a preparação do certame demande esforços administrativos da unidade, o resultado final é um contrato adequado e seguro, reduzindo riscos de ineficiências, sobrecustos ou necessidade de ajustes posteriores.

5.13. A realização de Pregão Eletrônico pela SR/PF/GO mostra-se a alternativa mais vantajosa para a contratação de digitadores. Trata-se da medida que melhor equilibra aspectos técnicos e econômicos, garante a continuidade dos serviços, atende de forma precisa às necessidades da unidade e reforça a segurança jurídica da contratação.

5.14. As demais opções avaliadas, embora possíveis em situações específicas, apresentam limitações significativas quanto à tempestividade, flexibilidade e custo-benefício, não sendo recomendadas para o cenário atual.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Os serviços a serem contratados são de natureza continuada, de empresa especializada na **prestação de serviços** de Digitador, com dedicação exclusiva de mão de obra, enquadram-se na classificação de **serviços comuns** devido ao fato de o objeto ser comumente contratado por demais Órgãos Públicos e empresas privadas, seus requisitos serem comuns e a demanda ser amplamente conhecida pelo mercado.

6.2. A prestação se dará de segunda a sexta-feira, no período diurno, entre 07 e 19 horas, com carga horária semanal de **30 horas semanais**, compreendendo 2 (dois) turnos de 6h00 (seis horas), devendo ser observado o intervalo intrajornada de no mínimo 15 (quinze) minutos para repouso e/ou alimentação.

6.3. A exigência de atestados de capacidade técnica e econômica, conforme **item 4.1.3. e 4.1.4.**, se justifica como prova de que a contratada é capaz de recrutar e manter pessoal capacitado e honrar compromissos trabalhistas, previdenciários e fiscais, e como barreira para empresas recém-abertas e sem expertise no mercado e sem qualificações use um contrato da Polícia Federal para experimentação, colocando em risco os serviços fins do Órgão.

6.4. Não haverá necessidade de adequação do ambiente de trabalho.

6.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

6.6. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 dias úteis dias após a assinatura do contrato.

6.6.1. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

6.7. A prestação de serviços objeto deste processo, tendo em vista a descrição do Código Brasileiro de Ocupações (CBO) e necessidades da Contratante, será executada por meio das seguintes tarefas básicas:

6.7.1. Colaborar, sem poder decisório, com o **SINARM e demais coordenações/divisões/setores/áreas /atividades relacionadas ao controle de arma de fogo da SR/PF/GO**, em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constitui área de competência legal do órgão.

6.7.2. Farão, sob supervisão de servidor efetivo, apenas inclusão das demandas dos usuários externos no Sistema da PF, com relação aos assuntos de Colecionador, Atirador e Caçador (CACs), como: Atualização Documento de identificação Pessoal; Atualização Tipo PCE; Atualização de Endereço do Acervo; Inclusão de 2º Endereço de Acervo; Autorização para Aquisição de PCE no Mercado Nacional; Autorização para aquisição de PCE por importação (CII); Cancelamento de Certificado de Registro; Concessão de Registro – CAC; Emissão de Guia de Tráfego Pessoa Física CAC; Instituir Procurador para Pessoa Física; Registro e Apostilamento de Armas de CAC; Revalidação de Registro para Pessoa Física; Emissão de 2ª Via de Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF); Revalidação de Certificado de Registro de Arma de Fogo CRAF e Autorização para Aquisição de PCE Mercado Nacional – munição além previsto.

ESPECIFICIDADE/CARGO	DIGITADORES
CÓDIGO CBO (PORTARIA MTE Nº 397/2002)	4121-10
Descrição Sumária	- Organizam a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados, operando teleimpressoras e microcomputadores; registram e transcrevem informações, atendem necessidades do cliente interno e externo. supervisionam trabalho em equipe e negociam serviço com cliente

Formação e Experiência	- O exercício dessas ocupações requer escolaridade de ensino médio e curso básico de profissionalização de até duzentas horas/aula. O pleno desempenho das atividades ocorre com menos de um ano de experiência e no caso de supervisor, após dois anos a(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional demanda formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos, nos termos do artigo 429 da consolidação das leis do trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do decreto 5.598/2005.
Condições Gerais de Exercício	- Trabalham em serviços de apoio administrativo nos mais variados ramos de atividade, em serviços de informática e de correio. São assalariados

6.8. A contratada deverá possuir ou instalar escritório em Goiânia base territorial da execução do contrato ou em cidades com raio de até 500 km, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, pelas razões abaixo:

6.8.1. Nos contratos administrativos que envolvem a contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, é legítima a exigência, no edital, de que a empresa contratada mantenha escritório ou unidade administrativa na cidade onde os serviços serão executados, desde que tal exigência esteja tecnicamente motivada e proporcional ao objeto contratado, conforme preceituam os princípios da razoabilidade, eficiência e continuidade do serviço público.

6.8.2. A contratação de serviços de **digitadores** pela Superintendência Regional da Polícia Federal em Goiás – SR/PF/GO demanda a execução contínua e ininterrupta das atividades, por se tratar de apoio essencial às funções finalísticas do órgão. A eventual interrupção na prestação desses serviços impactaria diretamente a regularidade dos trabalhos administrativos e operacionais, comprometendo a eficiência institucional.

6.8.3. Nesse contexto, a exigência de que a empresa contratada **instale e mantenha escritório/sede de apoio em território goiano** justifica-se pelos seguintes motivos:

6.8.3.1. A proximidade física da contratada assegura maior agilidade no atendimento de demandas urgentes, prevenindo a descontinuidade da execução;

6.8.3.2. Melhor gerenciamento da mão de obra a ser contratada, levando em consideração as especificidades exigidas pelo Órgão contratante para cada cargo;

6.8.3.3. A presença local permite acompanhamento direto da execução, facilitando a comunicação entre a contratada, os fiscais do contrato e a Administração;

6.8.3.4. Atendimento célere a eventuais demandas, substituições de pessoal, faltas ou ocorrências emergenciais, o que é essencial à continuidade dos serviços, especialmente em atividades críticas ou contínuas;

6.8.3.5. Situações que demandem providências administrativas, trabalhistas ou técnicas podem ser resolvidas prontamente, sem a dependência de deslocamentos a partir de outras localidades;

6.8.3.6. Facilidade de interlocução entre a contratada e a contratante, promovendo maior eficiência na gestão do contrato, inclusive no tocante à tramitação de documentos trabalhistas, fiscais, de segurança do trabalho e administrativos;

6.8.3.7. Adoção de medidas de saúde e segurança do trabalho, como treinamentos presenciais, controle de EPIs e acompanhamento de condições laborais, cuja eficácia está diretamente ligada à presença local da contratada.

6.8.4. Diante desses aspectos, a exigência de instalação de escritório em Goiás não configura restrição indevida à competitividade do certame, mas medida necessária e proporcional para garantir a adequada execução contratual, a eficiência administrativa e a continuidade ininterrupta dos serviços essenciais de digitação no âmbito da SR/PF/GO.

6.8.5. Essa exigência encontra respaldo, inclusive, na jurisprudência do Tribunal de Contas da União. Conforme o Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário/TCU, é admissível a exigência de escritório local, desde que devidamente justificada em razão das peculiaridades do serviço, como ocorre nos contratos com dedicação de mão de obra contínua:

“É possível a exigência de sede ou filial na localidade da prestação dos serviços, desde que devidamente motivada no processo licitatório, considerando a necessidade de atendimento emergencial, substituição de empregados, controle e supervisão eficaz, entre outros fatores.”

6.8.6. Dessa forma, a exigência de escritório na localidade da prestação dos serviços, desde que fundamentada tecnicamente e prevista em edital, não viola os princípios da isonomia ou da ampla competitividade (art. 5º, I e XXI, da CF/88 e art. 37, XXI, da CF/88), e encontra amparo no art. 11, VI, da Lei nº 14.133/2021, ao prever a necessidade de estrutura compatível para execução contratual.

6.9. Os empregados ocupantes dos postos de trabalho receberão orientações técnicas para desenvolvimento das atividades dos servidores do contratante, inclusive para acesso e utilização de sistemas informatizados, quando necessário.

6.10. O contratante, a contratada e os empregados ocupantes dos postos de trabalho deverão observar as respectivas obrigações e responsabilidades estabelecidas no Termo de Referência, especialmente as referentes à gestão e fiscalização contratual, ao cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias, sociais e trabalhistas, inclusive FGTS, e à jornada e horário de trabalho.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. O Documento de Formalização da Demanda estipulou 21 (vinte e um) postos de trabalho, com dedicação exclusiva, distribuídos no Estado de Goiás, nas seguinte localidades:

GRUPO	LOCALIDADE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE (POSTOS)
01	GOIÂNIA (SR/PF/GO) Av. Edmundo Pinheiro de Abreu, nº 826 - Setor Bela Vista – Goiânia-GO - CEP 74.823-030 (62) 3240-9600/ Horário de atendimento: 7h às 19h	Digitador (CBO 4121-10)	Serviço mensal (posto de trabalho)	15
	ANÁPOLIS/GO (DPF/ANS/GO) Endereço: Av. Madre Maria dos Anjos, Qd.65, Lt.15 - Bairro Jundiá - Anápolis / CEP 75.110-430 Fone: (62) 3310-5300 / Horário de atendimento: 7h às 19h	Digitador (CBO 4121-10)	Serviço mensal (posto de trabalho)	3
	JATAÍ/GO (DPF/JTI/GO) Endereço: Rua Miranda de Carvalho, nº 2.478 - Setor Epaminondas - Jataí / CEP 75.805-080 Fone: (64) 2102-5500 / Horário de atendimento: 7h às 19h	Digitador (CBO 4121-10)	Serviço mensal (posto de trabalho)	3

7.2. Para estimativa do quantitativo de postos será utilizado o estudo realizado no bojo do processo SEI 08059.001121/2024-91, que originou o Contrato nº 13/2025-SR/PF/GO. No referido processo foi utilizado o relatório do Exército enviado à PF, dos últimos 3 anos que apurou uma média de **1.301.355** processos por ano, divididos em 15 tipos de serviços relacionados aos CACs.

7.3. Além de levantar os tipos e quantidades de processos relacionadas aos CACs (Colecionador, Atirador e Caçador), que o Exército Brasileiro efetuou nos últimos 3 anos, para se estimar a quantidade de postos terceirizados foi necessário se estimar também o tempo médio gasto em cada tipo de atendimento. com as informações das quantidades de cada tipo de processos e do tempo médio gasto em cada um, obtivemos a média ponderada de 47,17 minutos por atendimento, conforme tabela abaixo:

Item	PROCESSO	de Processos	de Tempo	DE TEMPO
1	Atualização Documento de identificação Pessoal	230	63,7	14.651
2	Apostilamento ao CR - Atualização Tipo PCE	459	73,85	33.897
3	Apostilamento CR PF - Atualização de Endereço do Acervo	2.072	56,61	117.296
4	Apostilamento ao CR- Inclusão de 2º Endereço de Acervo	2.190	60,81	133.174
5	Autorização para Aquisição de PCE no Mercado Nacional	23.413	59,81	1.400.332
6	Autorização para aquisição de PCE por importação (CII)	3	65,34	196
7	Cancelamento de Certificado de Registro	18	73,08	1.315
8	Concessão de Registro – CAC	18.825	51,18	963.464
9	Emissão de Guia de Tráfego Pessoa Física CAC	38.636	30	1.159.080
10	Instituir Procurador para Pessoa Física	2	469,93	940
11	Registro e Apostilamento de Armas de CAC	19.611	48,38	948.780
12	Revalidação de Registro para Pessoa Física	1.513	194,08	293.643
13	Emissão de 2ª Via de Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF)	172	41,32	7.107
14	Revalidação de Certificado de Registro de Arma de Fogo CRAF	1.299	32,14	41.750
15	Autorização para Aquisição de PCE Mercado Nacional – munição além previsto.	2	39	78
TOTAL DE PROCESSOS EM UM ANO		108.445		5.115.702
				47,17 minutos por processo
				MÉDIA PONDERADA

7.4. Com a definição da quantidade de processos e do tempo médio por atendimento, foi possível calcular a quantidade de postos necessários para cada Unidade da Federação, para o Estado de Goiás apurou-se o quantitativo de 76 postos de trabalho:

UF	2021	2022	2023	MÉDIA ANUAL	TEMPO MÉDIO DE 1 ATENDIMENTO EM MINUTOS	MINUTOS NECESSÁRIOS ANO	MINUTOS POR DIA ÚTIL NO ANO (252 DIAS)	MINUTOS TRABALHADO POR DIA	POSTOS NECESSÁRIOS
GO	104.903	208.211	75.120	129.411	47,17	6.104.333	24.224	320	76

7.5. Com a troca de governo e com a adoção de uma nova política com relação aos colecionadores, atiradores e caçadores, houve uma queda nos números de processos e a tendência é que ela se mantenha baixa. Comparando os números de 2022 com 2023, observa-se uma queda de 62,7% no número de processos. Uma queda significativa, que se justifica por se tratar do último ano de um governo mais flexível com relação às armas e o primeiro ano de um outro governo com um perfil mais conservador a respeito do armamento. Assim, é razoável considerar que nos exercícios de 2025 e 2026 o contingenciamento com relação aos colecionadores, atiradores e caçadores continue.

7.6. Embora a queda de processos sobre os CACs tenha sido de expressivos 62,7% de 2022 para 2023, o mais razoável é que após a implementação das mudanças trazidas pelo Decreto nº 11.615/2023 os números se estabilizem em um patamar menor do que a média dos últimos 3 anos.

7.7. Com base na média dos últimos três anos, que totalizou 1.394.020 processos, e projetando-se uma redução de aproximadamente 30%, alcançando 975.814 processos, foi estimada a necessidade de 53 postos de trabalho terceirizados, com jornada de 6 (seis) horas diárias, para atender adequadamente às demandas do Estado de Goiás. Essa estimativa foi utilizada como referência no Pregão nº 900014/2024-DITEC/PF (SEI 08059.001121/2024-91).

7.8. Entretanto, em razão de fatores como restrição orçamentária, redução do volume de processos e limitação do espaço físico disponível, optou-se, em um primeiro momento, pela contratação de 21 postos de trabalho, formalizada por meio do Contrato nº 13/2025-SR/PF/GO. Ressalta-se que, até o presente momento, esse quantitativo tem atendido de maneira satisfatória às demandas dos CACs no Estado de Goiás.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. Com base nos instrumentos de pesquisa descritos no item 5.6.1 e 5.6.2 deste Estudo Técnico Preliminar, o valor global máximo aceitável da contratação é de **R\$ 2.793.640,32 (dois milhões, setecentos e noventa e três mil seiscentos e quarenta reais e trinta e dois centavos).**

8.2. Os valores mensal e global máximos aceitáveis são os seguintes:

GRUPO	LOCALIDADE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE (POSTOS)	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR MENSAL R\$	VALOR ANUAL R\$	VALOR 24 MESES R\$
01	GOIÂNIA (SR/PF/GO) Av. Edmundo Pinheiro de Abreu, nº 826 - Setor Bela Vista – Goiânia-GO - CEP 74.823-030 (62) 3240-9600/ Horário de atendimento: 7h às 19h	Digitador (CBO 4121-10)	Serviço mensal (posto de trabalho)	15	R\$ 5.549,16	R\$ 83.237,40	R\$ 998.848,80	R\$ 1.997.697,60
	ANÁPOLIS/GO (DPF/ANS/GO) Endereço: Av. Madre Maria dos Anjos, Qd.65, Lt.15 - Bairro Jundiá - Anápolis / CEP 75.110-430 Fone: (62) 3310-5300 / Horário de atendimento: 7h às 19h	Digitador (CBO 4121-10)	Serviço mensal (posto de trabalho)	3	R\$ 5.589,96	R\$ 16.769,88	R\$ 201.238,56	R\$ 402.477,12
	JATAÍ/GO (DPF/JTI/GO) Endereço: Rua Miranda de Carvalho, nº 2.478 - Setor Epaminondas - Jataí / CEP 75.805-080 Fone: (64) 2102-5500 / Horário de atendimento: 7h às 19h	Digitador (CBO 4121-10)	Serviço mensal (posto de trabalho)	3	R\$ 5.464,80	R\$ 16.394,40	R\$ 196.732,80	R\$ 393.465,60
TOTAL				21	-	R\$ 116.401,68	R\$ 1.396.820,16	R\$ 2.793.640,32

8.3. Assim, para chegar o valor do posto de trabalho no presente processo de licitação foi considerado o salário base de R\$ 2.135,33 (dois mil cento e trinta e cinco reais e trinta e três centavos) para o posto de digitador, ajustado de forma proporcional à jornada de 30 (trinta) horas semanais, em conformidade com o §1º do art. 58-A da CLT, resultando no valor de R\$ 1.747,09 (um mil setecentos e quarenta e sete reais e nove centavos). No Módulo 1 - Composição da Remuneração, foi acrescido o adicional de 30% (trinta por cento) referente à periculosidade, conforme laudos periciais acostados aos autos, SEI nº 142941892, 142941760 e 142942019.

8.4. No módulo 6 - Custos Indiretos, Lucros e Tributos, foram considerados:

8.4.1. O percentual máximo de 5% (cinco por cento) para custos indiretos, conforme relatório de avaliação da CGU no exercício de 2020, projeto de auditoria: 878303.

8.4.2. O percentual máximo de 10% para lucro, obtido pela média dos preços pesquisados bem como foram considerados o Manual de Preenchimento do Modelo de Planilhas de Custos e Formação de Preços do STJ e Nota Técnica 1/2007 do STF para utilização das médias dos percentuais de lucro.

8.5. No que tange aos tributos, encargos previdenciários e contribuições, seus percentuais e bases de cálculo são estipuladas legalmente pela legislação Federal e/ou Estadual, no caso concreto, a carga tributária vigente no Estado do Goiás, considerando o local da realização do certame, futura contratação, bem como da execução da prestação dos serviços.

8.6. Os demais custos foram apurados na Planilha de Custos e Estimativa de Preços SEI nº 143477435 na qual há justificativa e fundamento de utilização dos percentuais.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Na aplicação do princípio do parcelamento, conforme os incisos I e II do §1º do art. 47 da Lei nº 14.133, de 2021, devem ser considerados a responsabilidade técnica e o custo para a Administração na gestão de múltiplos contratos, em contraposição às vantagens da redução de custos decorrente da divisão do objeto em itens.

9.2. Para o alcance da finalidade administrativa pretendida, não se verifica a necessidade de parcelamento da solução, uma vez que, na presente demanda, não há justificativas que fundamentem tal adoção. Trata-se de contratação em que uma única empresa pode prestar os serviços demandados, conforme demonstrado na pesquisa de mercado.

9.3. Ademais, em razão das características dos serviços e da necessidade de interação obrigatória entre as atividades, não se mostra viável a atribuição de responsabilidades a diferentes empresas contratadas. O fracionamento comprometeria a responsabilização por eventuais danos ou falhas na execução, além de gerar custos elevados de mobilização de múltiplas empresas para a execução de parcelas individuais e distintas dos serviços, o que poderia resultar em prejuízos decorrentes de eventuais falhas na execução.

9.4. O gerenciamento integrado dos serviços analisados assegura maior celeridade e harmonia na revisão dos atos administrativos, além de reduzir os custos associados à gestão de múltiplos contratos destinados a uma mesma finalidade. Dessa forma, a licitação do objeto de maneira agrupada também se mostra economicamente vantajosa.

9.5. A solução adotada consiste na aglutinação da contratação dos serviços de limpeza, conservação, higienização, asseio diário e jardinagem em um único grupo e contrato. Tal medida se justifica pelo fato de que esses serviços são executados por empresas do ramo de serviços gerais, enquadradas na mesma Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Além disso, verifica-se que a maioria das empresas que prestam serviços de limpeza e conservação também executa serviços de jardinagem. Assim, não há prejuízo à isonomia nem à economicidade da contratação.

9.6. O Acórdão nº 1.214/2013-TCU-Plenário, que teve como objetivo aprimorar os procedimentos de contratação e execução de contratos de terceirização de serviços continuados na Administração Pública Federal, estabelece, em seu item 9.1.16, a seguinte diretriz:

Acórdão 1.214/2013-TCU-Plenário

9.1.16 Deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem, garçom, sendo objeto de parcelamento os serviços em que reste comprovado que as empresas atuam no mercado de forma segmentada por especialização, a exemplo de manutenção predial, ar condicionado, telefonia, serviços de engenharia em geral, áudio e vídeo, informática. (grifo nosso)

9.7. Embora o acórdão não mencione expressamente os serviços de digitação, entende-se que eles se enquadram no primeiro grupo, pois não se caracterizam como serviços especializados e são usualmente prestados pelas mesmas empresas que executam o referido serviço.

9.8. Esse entendimento é reforçado pelo Acórdão nº 10.049/2018-TCU-2ª Câmara, de 16 de outubro de 2018, no qual a Segunda Câmara considerou adequada a ausência de parcelamento no Pregão Eletrônico nº 7/2018-SESI/SP, cujo objeto incluía a contratação de serviços continuados de portaria, jardinagem, limpeza e conservação, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos.

Acórdão 10.049/2018-TCU-2ª Câmara

11. Ademais, afiguram-se razoáveis as premissas que levaram ao critério de parcelamento do objeto adotado pelo Sesi/SP no Pregão Eletrônico 7/2018, mormente por se tratar de serviços não especializados – para os quais, em regra, deve ser evitado o parcelamento, em vista do disposto no item 9.1.16 do Acórdão 1.214/2013-TCU-Plenário – e por envolverem materiais de baixo custo, tais como álcool, água sanitária, sabão em pó, etc.(grifo nosso)

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. A contratação pretendida trata de serviço de terceirização de mão de obra, não havendo contratações correlatas, uma vez que a contratação não se interliga com outra prestação de serviços. Também não haverá contratações interdependentes, uma vez que não há nenhum outro objeto que precise ser contratado para que haja a completa prestação dos serviços pretendidos

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. A pretendida contratação vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano estratégico PF 2024-2027 da Polícia Federal, contribuindo para que se atinjam os seguintes Objetivos Institucionais e Ações Estratégicas:

11.1.1. Conferir efetividade ao emprego dos recursos.

11.1.1.1. Logística.

11.2. Portanto a contratação pretendida abrange os referidos aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.

11.3. A contratação pretendida está alinhada com o planejamento da Instituição, sendo solicitada a inclusão extemporânea no Plano Anual de Contratações - PCA - 2025, através dos Documentos de Formalização de Demanda (SEI nº 142687581 e nº 142700920) e constante do PCA 2025.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. Como resultado a ser alcançado com a presente contratação, em termos de efetividade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis, almeja-se:

12.1.1. Recepcionar de maneira adequada as novas atribuições da Polícia Federal designadas pelo Decreto nº 11.615/2023.

12.1.2. Aumento da produtividade do SINARM e demais coordenações/divisões relacionadas ao controle de armas de fogo da Polícia Federal, devido à desconcentração das atividades acessórias de suporte destinadas aos terceirizados;

12.1.3. Economicidade na otimização dos recursos humanos;

12.1.4. Melhoria das atividades de suporte do SINARM e demais coordenações/divisões/setores/áreas/atividades relacionadas ao controle de arma de fogo na Polícia Federal, com a utilização da terceirização.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. A administração tomará as seguintes providências:

13.1.1. Definição dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão contratual;

13.1.2. Capacitação dos fiscais e gestores a respeito do tema objeto da contratação;

13.1.3. Definição de planos de trabalho com vistas à boa execução contratual;

13.1.4. Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a se contratado.

13.2. As Unidades já possuem ambientes adequados para a prestação dos serviços, sendo desnecessária qualquer alteração e/ou adequação.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Como requisitos básicos para execução dos serviços, a CONTRATADA deverá adotar em seus procedimentos os seguintes critérios de SUSTENTABILIDADE, além dos previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, quando couber:

14.1.1. Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

14.1.2. Respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

14.2. Para atendimento aos critérios ambientais e de sustentabilidade, devem ser utilizadas as orientações GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS AGU 2024, bem como as observações elencadas no Termo de Referência.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. Por todo o exposto, declaramos que a solução que melhor atende o interesse público no caso concreto é a contratação dos serviços acima especificados e consideramos que a contratação é plenamente viável.

16. RESPONSÁVEIS

WESTON RONNEY JOSÉ PEREIRA

DESPACHO

1. Considerando que a aprovação do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência constituem requisitos legais indispensáveis para a continuidade dos trâmites de contratação, e que haverá outros pontos de controle ao longo do processo, entende-se que o procedimento está apto a prosseguir.
2. Encaminham-se os autos à autoridade competente para continuidade da instrução processual.

JOÃO FRANCO DE URZÊDA JÚNIOR
Agente de Polícia Federal
Chefe do SELOG/SR/PF/GO

DESPACHO

1. Ciente.
2. **APROVA-SE** este Estudo Técnico Preliminar, conforme a Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 2022 e da Lei nº 14.133, de 2021.
3. Retorne-se os autos **ao Setor de Administração e Logística - SELOG/SR/PF/GO**, para prosseguimento da contratação.

MARCELA RODRIGUES DE SIQUEIRA VICENTE
Delegada de Polícia Federal
Superintendente Regional da Polícia Federal em Goiás
(62) 3240-9608



POLÍCIA FEDERAL
www.pf.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **WESTON RONNEY JOSE PEREIRA**, **Agente Administrativo(a)**, em 13/11/2025, às 11:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOAO FRANCO DE URZEDA JUNIOR**, **Chefe de Setor**, em 13/11/2025, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=143496936&crc=403BD928.
Código verificador: **143496936** e Código CRC: **403BD928**.